

- Elementos Instrutórios -

AVERBAMENTO DE EMPREITEIRO

Definido no n.º 10 do artigo 9.º do RJUE do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), e de acordo com o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação de Lisboa (RMUEL), com o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa (RPDM) e demais legislação específica aplicável

Os documentos identificados a **verde** têm modelos próprios, atualizados periodicamente, disponibilizados em <https://www.lojalisboa.pt> – Plataforma Urbanismo digital – Balcão eletrónico

O presente documento não dispensa a consulta dos diplomas legais aplicáveis

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO/LEGITIMIDADE DO REQUERENTE

- **Requerimento do pedido** (PDF | data e assinatura digital obrigatória) (n.º 8 do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro; n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º do RJUE; artigo 76.º do RMUEL)

Código de acesso à certidão permanente da Conservatória do Registo Predial (n.º 1 do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro; artigo 77.º do RMUEL)

Indicação do(s) código(s) de acesso à(s) certidão(ões) permanente(s) do registo predial da(s) e descrição(ões) de todas as inscrições em vigor emitida(s), há menos de seis meses, pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; quando omissos, a(s) respetiva(s) certidão(ões) negativa(s) do registo predial, acompanhada(s) da(s) caderneta(s) predial(is) onde constem os correspondentes artigos matriciais

Código de acesso à certidão permanente da Conservatória do Registo Comercial (n.º 8 do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro)

Para empresas, sociedades, cooperativas, comerciantes individuais, outros

Indicação do número do pedido sobre o qual incide o pedido de averbamento

- **Outros documentos comprovativos da legitimidade e qualidade do(a) titular** (PDF/A)

Caso o requerente não seja titular de um direito que decorra da certidão da conservatória do registo predial

Exemplos de outros documentos que comprovem a legitimidade:

Arrendatário: Contrato de arrendamento ou último recibo da renda e autorização do proprietário para a realização da operação urbanística em causa

Condomínio: Cartão de contribuinte do Condomínio e ata de eleição do(s) administrador(es)

Promitentes compradores: Contrato promessa de compra e venda que lhe confira expressamente o direito de realizar a operação urbanística que pretende

Associações ou Fundações: Estatutos e ata de eleição do(s) administradores(s)

Outras situações: Escritura de doação, escritura de usufruto, habilitação de herdeiros, contrato de comodato

*Nota: Caso o pedido seja subscrito por **mandatário**, deverá ser junta procuração ou outro documento que confira a representação (com assinatura digital válida)*

DOCUMENTOS DO EMPREITEIRO

- **Número do alvará, ou do certificado, ou número de outro título habilitante emitido pelo Instituto de Mercados Públicos do Imobiliário e Construção, I.P. (IMPIC) (PDF/A)**
Que confira habilitações adequadas à natureza ou valor da obra
- **Apólice de seguro de cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho (PDF/A)**
- **Apólice de seguro de construção, quando legalmente exigido (PDF/A)**
- **Apólice de seguro de cubra a responsabilidade civil (PDF/A)**
- **Comprovativo de vínculo do diretor de obra ao empreiteiro (PDF/A)**

DOCUMENTOS PARA EMISSÃO DE LICENÇA DE OVP - RESPONSABILIDADE CIVIL PELA REPARAÇÃO DE EVENTUAIS DANOS

- **Declaração subscrita pelo requerente e/ou empreiteiro (PDF | data e assinatura digital obrigatória)**
- **Certidão da conservatória do registo comercial (PDF/A)**
- **Declaração válida da associação profissional do técnico (PDF/A)**
Quando a associação profissional não disponha dos códigos de verificação de competências
- **Comprovativo do contrato de empreitada (PDF/A)**
- **Comprovativo do recibo de pagamento válido (PDF/A)**

DOCUMENTOS ADICIONAIS

- **Documentos adicionais (PDF/A, JPEG, DWF, DWFX, DWG, DXF, XLS, XPS)**